

CNDH participa de audiência na Câmara sobre resíduos tóxicos

O presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH, Leonardo Pinho, e a vice-presidente, Deborah Duprat, participaram ontem (04) de audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados sobre o impacto dos resíduos tóxicos para os direitos humanos.

Também estiveram presentes o relator especial da ONU para implicações da gestão e eliminação ambientalmente racional de substâncias e resíduos perigosos, Baskut Tunkak; o coordenador da Comissão Externa destinada a acompanhar as investigações sobre o derramamento de óleo no nordeste brasileiro, deputado João Daniel; a representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Dinamam Tuxá; a presidente da Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis, Aline Silva; a ex-catadora e Assessora Técnica do Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC, Dyrley Viana; representante do Movimento dos Atingidos por Barragens, Heider Boza; entre outros.

A ONU estima que a exposição aos resíduos químicos pode ser a maior causa de doenças e mortes em todo o mundo, com impacto desproporcional na população pobre de países de baixa ou média rendas, especialmente crianças e grupos minoritários.

Duprat destacou que temos atualmente uma liberação em larga escala de agrotóxicos no Brasil como jamais se viu, cuja toxicidade vem sendo demonstrada por inúmeros estudos, com impactos no direito humano à alimentação.

“Há na atualidade uma concepção do campo dominado pelo agronegócio, com a prática de não demarcar áreas indignas, quilombolas, unidades de conservação e áreas para reforma agrária. Outra questão de muita gravidade no Brasil é a concepção atual de Estado, que deve ser encolhido e com o mínimo de regulamentação, o que faz com que áreas fundamentais, como saúde, meio ambiente e trabalho, sejam afetadas pela ausência do Estado. Vivemos num mundo da suspensão do direito”, afirmou a vice-presidente do CNDH e procuradora federal dos Direitos do Cidadão.

Já Pinho abriu sua fala apontando o papel central desempenhado pela vice-presidente do conselho na defesa dos direitos humanos no país. “Queria tratar do aniquilamento dos espaços de participação e controle social, entre eles o Conselho Nacional do Meio Ambiente, diminuindo em 76 por cento a participação de membros da sociedade civil brasileira”, afirmou o presidente. Ele abordou as respostas do governo, que são lentas e que criminalizam defensores e entidades ligadas ao meio ambiente e aos direitos humanos.

“O ministro do meio ambiente, por exemplo, quis criminalizar os protetores do meio ambiente pelo derramamento do óleo e pelas queimadas na Amazônia. O CNDH realizou um conjunto de missões este ano sobre esse tema. Na última segunda, recebemos denúncias graves de Brumadinho, entre elas que a compensação acaba no fim de 2020 sem nenhuma alteração no quadro de contaminação e retorno de atividades econômicas, nenhuma responsabilização de empresas e pessoas por esse crime que

vitimou pessoas, sem liberação de assessorias técnicas para dar suporte aos atingidos e sem reparação integral para as vítimas. É uma situação desoladora."

Assista aqui o vídeo da audiência pública: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/58803>

#DireitosHumanos #ParticipaçãoSocial

Assessoria de Comunicação do CNDH

+55 61 2027-3348 / cndh@mdh.gov.br

Facebook: <https://www.facebook.com/conselhodedireitoshumanos>

Twitter: <https://twitter.com/conselhodh>